



Protocolo: 17347

Nº: 7929

Terça, 30 de Maio de 2023

ACÓRDÃO: 013/2023
RECURSO DE OFÍCIO: 008/2023
PROCESSO: 0021882019-4
A.I. Nº10900000.11.00000053/2019-57-
RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
INTERESSADA: E.S.M.E DIAS LTDA EPP
CAD/ICMS/AP: 03.025152-4
RELATOR: KAIO VINICIUS DOS SANTOS SILVA
VOTO VENCEDOR: DANIEL BRAZ DE ARAÚJO
DATA DO JULGAMENTO: 16/03/2023

EMENTA: ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR ANTECIPAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO DE ESTABELECIMENTO. 1) PRELIMINAR DE NULIDADE POR DESCUMPRIMENTO DE RITOS FORMAIS PARA MATERIALIZAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO OCORRENCIA. 2). EXTINÇÃO PARCIAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELO PAGAMENTO (ART. 156, I, CTN e Enunciado da Súmula 2 do CERF/AP). IMPOSTO REMANESCENTE.

1) Não há o que se falar em nulidade por descumprimento dos ritos formais, tampouco em ofensa ao devido processo legal, se durante o procedimento fiscal houve à emissão pelo Fisco do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF), em data prévia à lavratura do Auto de Infração, mesmo que realizados no mesmo dia, assim, acertada a ação fiscal nos aspectos formais, pois não há indícios da ocorrência da inobservância ao rito, tampouco de prejuízo a defesa do contribuinte.

2) Comprovada a procedência parcial dos lançamentos de substituição tributária por antecipação, tendo em vista a constatação de parte dos pagamentos/recolhimentos por meio de diligências. Assim, ocorre hipótese de extinção parcial do crédito tributário pelo pagamento na forma do art.156, I, CTN e Enunciado da Súmula 2 CERF/AP. Portanto, acertada a ação fiscal quanto ao restante do crédito tributário, conforme lançamento de ofício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, o Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF/AP, por maioria de votos de seus membros presentes, conheceu do recurso de ofício, para no mérito dar-lhe provimento parcial, reformando a Decisão de n.º 015/2022- JUPAF que julgou a ação fiscal improcedente.

Participaram do julgamento o Presidente do CERF/AP, Itamar Costa Simões, a Procuradora Fiscal, Dra. Mayara Lourenço do Nascimento Mouzinho; Vice Presidente do CERF/AP Francisco Rocha de Andrade; demais conselheiros: Kaio Vinicius dos Santos (Relator), Daniel Braz de Araújo (voto divergente), Moacir Coutinho Ribeiro, João Bittencourt da Silva, Franck José Saraiva de Almeida e Jean Carlos Brito.

Participaram da aprovação do acórdão o Presidente do CERF/AP, Itamar Costa Simões, o Procurador Fiscal, Dr. Victor Moraes Carvalho Barreto; Vice Presidente do CERF/AP Francisco Rocha de Andrade; demais conselheiros: Daniel Braz de Araújo (Redator), Aleck Martins Dias, Raimundo Simão Batista, João Bittencourt da Silva, Franck José Saraiva de Almeida, Jean Carlos Brito e Marco Antônio Turchetto.

Sala de sessões do Conselho Estadual de Recursos Fiscais do Amapá - CERF- AP, em 12 de abril de 2023.

DANIEL BRAZ DE ARAÚJO
Conselheiro Redator CERF/AP

ITAMAR COSTA SIMÕES

<p>ESTADO DO AMAPÁ NÚCLEO DE IMPRENSA OFICIAL</p> <p>Caio de Jesus Semblano Martins Gerente de Núcleo de Imprensa Oficial</p>	<p>Contato: Email: diofe@sead.ap.gov.br</p> <p>Sede: Av. Procópio Rola, 2070 Bairro Santa Rita Macapá-AP CEP: 68.901-076</p>	 <p>diofe.ap.gov.br</p>
--	--	--